

Observatório dos Direitos do Cidadão:

uma experiência de monitoramento de políticas públicas e de fortalecimento dos movimentos sociais da cidade de São Paulo

Rosangela Dias Oliveira da Paz

rosapaz@uol.com.br

I. Introdução

O Observatório dos Direitos do Cidadão da cidade de São Paulo é um projeto em desenvolvimento, fruto da parceria entre uma organização não governamental - ONG, o Instituto Polis e uma universidade, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, através de seu Instituto de Estudos Especiais – IEE.

O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Polis, tem se especializado no campo da temática urbana e da gestão municipal, na investigação do impacto das políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida e na ampliação dos direitos de

cidadania. Durante os últimos anos o Polis investiu em projetos que permitem acompanhar a evolução das políticas públicas e a eficácia da gestão municipal, oferecendo suporte a movimentos sociais e ao planejamento de governo de vários municípios, além de investir na formulação de propostas alternativas de políticas públicas.

O IEE/PUC-SP - Instituto de Estudos Especiais é uma unidade de pesquisa e serviços da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desde sua criação, em 1972, trabalha pelo compromisso social da Universidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Atua nos campos da gestão social e da gestão de políticas, em colaboração com organizações governamentais e não-governamentais. Seu trabalho visa contribuir para a produção e sistematização de conhecimentos e estratégias de formulação, gerenciamento e implementação de políticas públicas e programas sociais. O IEE/PUC-SP vem acumulando conhecimentos e atuando no monitoramento e na avaliação de políticas sociais, com destaque para as áreas de infância e juventude, educação, assistência social e programas de renda mínima. No projeto Observatório, o IEE articula os núcleos de estudo e pesquisa do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP das áreas de Serviço Social e Educação, especificamente, Seguridade e Assistência Social; Criança e o Adolescente; Movimentos Sociais; Saúde e Sociedade; Currículo, Estado, Sociedade.

Nos anos 1990 pode-se acompanhar no Brasil uma série de iniciativas de criação de Observatórios, espaços de produção de estudos e análises de políticas públicas. Em sua maioria, essas iniciativas se dão no campo das universidades e das organizações não governamentais - ONGs, visando acompanhar determinadas políticas, através de pesquisas e análises específicas. O diferencial desses observatórios com relação a produção de pesquisas acadêmicas esta no seu direcionamento, ou seja, busca-se influenciar de alguma forma os rumos das políticas e ações públicas. Já nos início dos anos 2000 é possível perceber um movimento de criação de observatórios do governo, ou do poder público, particularmente dos municipais, incentivados por agências internacionais, enquanto uma iniciativa de monitoramento e avaliação das políticas e programas desenvolvidas a partir do próprio aparelho de Estado¹.

¹ Um exemplo são os Observatórios de Habitação ou de Desenvolvimento Urbano, incentivados pela agência Habitat das Nações Unidas.

Há várias experiências de construção de Observatórios Sociais, como o Social Watch latino-americano e o Observatório da Cidadania², focado na conclusões da Cúpula de Desenvolvimento Mundial de Copenhagen, o Observatório das Metrôpoles e o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal³, e o Observatório do Instituto de Estudos Econômicos - INESC, que acompanha o desempenho do orçamento do governo federal brasileiro relativamente aos gastos e investimentos na área social, entre outros. Essas experiências têm demonstrado que esse é um processo de construção social, coletiva, que oferece condições para maior adensamento social e de construção de novos patamares de intervenção por parte da sociedade civil.

Por outro lado, o contexto sócio-político do surgimento dessas experiências é determinante das motivações e dos objetivos propostos. A década de 1990 e o início do século XXI foram marcados pela globalização neoliberal, fundada na flexibilização produtiva, no privatismo, no individualismo e na reforma do Estado.

A crise do Estado brasileiro foi usada como argumento para difusão de idéias antiestatismo e a favor das privatizações. Houve uma crescente desobrigação do Estado em relação às políticas públicas, acompanhada de um desmonte do aparelho de Estado, retrocessos nas várias políticas sociais, substituição do conceito de universalização das políticas sociais por focalização das ações e serviços, e, por fim, da desqualificação das organizações de trabalhadores e do movimento sindical e popular enquanto entidades legítimas de representação.

Esse cenário é contraditório com as conquistas do período anterior, expressas na Constituição de 1988, particularmente aquelas relativas aos direitos e políticas sociais, como também as conquistas referentes aos instrumentos de democracia participativa. Dentre esses instrumentos destacam-se os conselhos de políticas, inovações institucionais originadas no processo de democratização brasileiro que buscam articular participação, deliberação e controle sobre o Estado e que têm tido importante papel na formação das agendas políticas, especialmente as locais. Existe uma estrutura de conselhos setoriais, determinados a partir da Constituição de

² Ambos de iniciativa do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

³ Ambos de iniciativa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE.

1988, paritários e deliberativos, nas áreas de assistência social, saúde, defesa dos direitos da criança e do adolescente, educação, etc.

O raciocínio desenvolvido indica que as mudanças globais, a reforma do Estado, a necessidade da produção de informações para fins de formulação de políticas públicas, a necessidade de fiscalização e controle social por parte da sociedade civil, demandam processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

No Brasil, não há tradição de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação, entretanto, observa-se avanços importantes nos últimos 20 anos, como por exemplo, a construção de índices de medição das condições de vida⁴, de níveis de exclusão/inclusão social⁵, e de pobreza⁶.

No caso das cidades brasileiras, observa-se que o custo social do ajuste estrutural tem atingido principalmente as regiões metropolitanas, com manifestações da questão social como o crescimento do desemprego, da pobreza e da exclusão, o aumento da violência, a crise das políticas sociais, a corrupção sistêmica e a impunidade. Neste cenário, a exclusão social vai se agravando e o Estado brasileiro não se apresenta como instrumento capaz de atender às demandas crescentes geradas pelo desemprego e degradação das condições de vida.

Essas questões estão presentes em São Paulo, uma cidade global, com o maior parque industrial brasileiro, com uma população de 10 milhões de habitantes, e região metropolitana com 16 milhões de habitantes. O município vem passando por uma profunda reestruturação industrial e produtiva, mudando o perfil de suas atividades econômicas, para setores de serviços.

A cidade é permeada de contradições, fruto dos déficits sociais acumulados, por décadas de governos descomprometidos com os interesses da maioria da população. Convive com o desemprego, violência, crime organizado, favelas, inundações, tráfego congestionado, poluição, ausência de equipamentos públicos. De acordo com o *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo (2002)*⁷, tem-se um mar de pobreza pontuado por ilhas de

⁴ IDH/PNHD, por exemplo.

⁵ [Mapa da Inclusão/Exclusão Social, sob a coordenação da Prof^a Aldaíza Sposati.](#)

⁶ [Linha de pobreza e indigência do IPEA, FGV, Banco Mundial.](#)

⁷ Produzido pela PUCSP, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-Inpe e Instituto Pólis.

excelência, por edifícios e condomínios fechados, onde a pequena parcela mais rica da população desfruta de conforto e segurança, e a mais pobre é marcada por carências, ausência dos serviços públicos, violência e exclusão.

A conjuntura das eleições municipal de 2000 criou novas condições para as relações da sociedade civil com os governos locais. Em São Paulo, após oito anos de governos autoritários e centralizadores, dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, nos quais se assistiu ao desmonte das políticas sociais, os cidadãos elegeram um novo governo, comprometido com a implantação de políticas de inclusão social e com a luta contra a corrupção.

A sociedade civil organizada em São Paulo, os movimentos sociais, redes e fóruns de articulação, são importantes pólos de resistência e proposição, demandando soluções, ética, alternativas de desenvolvimento local, e políticas redistributivas e de interesse público.

Do ponto de vista da organização popular identifica-se importantes movimentos sociais, entre eles destaca-se a União dos Movimentos de Moradia - UMM, que pressiona os governos municipal e estadual por programas, financiamentos e participação, a União dos Movimentos Populares de Saúde - UMPS, que luta pela defesa do sistema de saúde público e a Central de Movimentos Populares (CMP-estadual), que articula vários movimentos e luta por políticas públicas com participação. Temos ainda várias redes e fóruns temáticos que acompanham e controlam as ações dos governos e dos conselhos setoriais de políticas, como é o caso do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fórum Municipal de Assistência Social, entre outros.

As experiências acumuladas de controle público sobre a gestão municipal têm ressaltado a importância do acompanhamento da formulação das políticas públicas e da execução dos gastos previstos no orçamento. Da mesma forma, hoje se constitui em um desafio o acompanhamento das políticas públicas no que diz respeito aos seus resultados e ao impacto que produzem na qualidade de vida da população. A construção de indicadores que permitam este acompanhamento está entre as prioridades para tornar mais efetivos os esforços de controle social sobre os governos municipais.

A participação cidadã é um elemento-chave neste processo. Participação esta que demanda um intenso processo de qualificação para que a atuação dos representantes populares se traduza no acompanhamento da execução orçamentária e das políticas sociais.

A realidade política apresenta a oportunidade de alargar o espaço da participação cidadã na gestão municipal e coloca enormes desafios para os movimentos sociais e as entidades da sociedade civil que se articulam na defesa e ampliação de direitos.

O domínio da informação, a construção de indicadores, a análise das políticas em execução, são temas absolutamente estratégicos. Sem informação a sociedade se despolitiza e fica à mercê das versões oficiais, da propaganda política que, em geral, manipula a opinião pública.

É com esse entendimento que se criou o Observatório dos Direitos do Cidadão, iniciativa conjunta de duas instituições complementares, uma universidade e uma ONG, com o objetivo de “subsidiar a intervenção dos atores organizados da sociedade civil na implementação e controle das políticas públicas voltadas à ampliação da cidadania, por meio do acompanhamento e da análise da gestão municipal e da disseminação sistemática de avaliações e informações”⁸.

Neste sentido, o projeto tem uma intensa interlocução com setores do movimento popular. Busca-se monitorar e avaliar as políticas públicas na cidade e subsidiar e capacitar sujeitos sociais da sociedade civil organizada, que atuam no espaço público.

I. A relação ONGs, Movimentos Sociais e Universidades⁹

As relações das ONGs brasileiras com o campo acadêmico e com os movimentos sociais esta presente em toda a trajetória de constituição desse ator público, acompanhando a conjuntura política nacional, seja de ditadura, democratização, globalização, neoliberalismo e democracia.

A partir da década de 1970 e entrando nos anos 1980, as ONGs se espalham pelo Brasil, criando um enraizamento social, os chamados *centros de educação popular* ou de *assessoria*

Eliminado: C

⁸ Documentos internos do Observatório dos Direitos do Cidadão, fevereiro, 2004.

⁹ Parte dessas reflexões foram elaboradas pela autora para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.

e apoio¹⁰ a grupos e movimentos sociais. Nos anos 70 e 80 as ONGs foram marcadas por paradigmas marxistas, pelas pressupostos da educação popular de Paulo Freire e pelo movimento cristão da Teologia da Libertação. Entre seus agentes, profissionais e militantes, não se observava a idéia de pertencimento a um universo institucional particular, pois essas organizações pregavam que estavam “a serviço” de setores dominados da população. A invisibilidade social, ou mesmo a semi-clandestinidade das ações era uma característica, pela conjuntura autoritária e pela crença de que os atores protagônicos das transformações sociais eram os movimentos, sindicais, rurais e populares (LANDIM, 2002).

A gestação de uma nova sociedade civil organizada se deu no contexto de resistência a ditadura, nas mobilizações e lutas sociais por democratização, baseada na idéia de autonomia em relação ao Estado, englobando movimentos e associações diversas e assumindo uma conotação de anti-Estado, e, portanto, tendendo a se confundir com a oposição política ao regime autoritário. O crescimento das ONGs só é possível na medida em que o processo de resistência e oposição fomenta o surgimento de uma diversidade de organizações civis, operárias, estudantis, populares, ganhando novos horizontes com a democratização política e a reforma partidária.

Nesse momento as ONGs constroem uma identidade própria, de apoio e assessoria aos movimentos e organizações, que as distingue das chamadas entidades filantrópicas ou de assistência social e organizações associativas, como sindicatos, associações de moradores ou profissionais.

Outro elemento importante no perfil das ONGs nos anos 1980 é a relação com as agências de cooperação internacional, na sua maioria não governamentais e com sede na Europa e Canadá, que contribuem na conformação de um determinado campo das ONGs, a medida que promovem seminários, reuniões internacionais, e o encontro de ONGs com agentes de cooperação. LANDIM (2002) considera que as ONGs vão sendo constituídas “por três feixes de relações, para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e para cima, com as agências de cooperação”.

Eliminado: Cooperação

Eliminado: Internacional

Eliminado: -

¹⁰ Para aprofundar o tema de das ONGs sugerimos consultar LANDIM (1998, 1993, 2002).

É com essas raízes históricas e com os compromissos políticos com os trabalhadores e movimentos sociais que, como nos dizia SADER (1995), entraram na cena pública lutando por direitos e por democracia, que as ONGs começam a repensar o seu papel na sociedade e se articulam para assumir uma identidade própria, enquanto ator autônomo, com voz e atitudes na sociedade. As lutas e articulações que antecederam as conquistas constitucionais de 1988 são exemplares desse protagonismo.

Esse momento significou uma ruptura com a visão de que as ONGs *estão a serviço dos movimentos sociais* (ou talvez não somente *a serviço dos movimentos sociais*) e abriu a possibilidade de construção de relações sociais de novo tipo, entre as organizações da sociedade civil, com os governos, em especial os municipais democráticos que estavam se instalando, com as agências de cooperação internacional.

É assim que as ONGs, chamadas também de *históricas*, entram na década de 1990: com o posicionamento de que são atores políticos, com relações privilegiadas com movimentos sociais, com outras ONGs, com agências de cooperação internacional e com o Estado brasileiro com novas bases constitucionais e políticas democráticas¹¹.

Na década de 1990 as ONGs crescem e se diversificam, numa conjuntura de ajuste estrutural, desresponsabilização do Estado, de políticas neoliberais, de crise da sociedade do trabalho, desqualificação dos atores sociais, fragmentação dos sujeitos coletivos e movimentos sociais.

Observa-se a apropriação do que são as ONGs, do significado da sua intervenção, particularmente pelo pensamento hegemônico neoliberal, mas também pelos múltiplos atores sociais, governos e pelos meios de comunicação. LANDIM (2002) expressa muito bem essa idéia ao dizer que o termo “ONG tornou-se não apenas termo de uso corrente e generalizado,

¹¹ LANDIM (2002) destaca acontecimentos importantes que marcaram a construção da legitimidade do nome ONG e desse campo. Em 1991 tem-se a fundação da ABONG e ocorreu também um grande encontro internacional promovido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no Rio de Janeiro, contando com ONGs brasileiras, latino-americanas e agências internacionais. O evento mais conhecido foi a UNCED (United Nations Conference for Economic Development) - a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, onde as ONGs montaram um evento paralelo com destaque da mídia. A construção desse campo passou também pela afirmação de uma identidade latino-americana, estimulada pelas agências de cooperação, com realização de encontros e a formação de redes continentais, como a ALOP ([Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción](#)) – Cone Sul, o IRED ([Inovaciones y Redes para el Desarrollo](#)), o PREAL ([Programa de Relaciones Políticas y de Cooperación entre Europa y América Latina](#)).

Eliminado: .

Eliminado: .

como também de emprego mais neutro e indiscriminado, como sinônimo para qualquer tipo de organização privada voltada para a ação social”.

A opinião pública sobre as ONGs é bastante dúbia. Observa-se, a valorização do papel instrumental das ONGs, como também das entidades assistenciais e do chamado terceiro setor, enquanto substituição eficiente de ações do Estado, particularmente em ações exemplares e pontuais, já que estas não tem a capacidade de desenvolver ações em escala e de massa¹². Ao mesmo tempo, observa-se o não reconhecimento das ONGs como sujeitos políticos autônomos da sociedade civil organizada, que pode ser expresso nas desconfianças e críticas às ONGs como agentes de interesses externos ao País, ou mesmo ao desrespeito a defesa de propostas alternativas e não coincidentes com as do Estado em temas conflitivos, como meio ambiente, reforma agrária, questão indígena, crianças e adolescentes, direitos da mulher, etc.

O espaço público em que se movem as ONGs mudou e se complexificou significativamente durante os anos 1990. Nesse contexto a relação com os movimentos sociais também sofreu mudanças. Observou-se um distanciamento entre ONGs e movimentos sociais, críticas e desconfianças, mas ao mesmo tempo ocorreram aproximações conjunturais e alianças pontuais. No início dos anos 2000 percebe-se que as ONGs e os movimentos sociais se aproximam novamente, se encontram em arenas públicas, estabelecem diálogos e parcerias e somam esforços em torno de objetivos comuns.

A relação das ONGs com as universidades deu-se de forma diferenciada e até mesmo ambígua durante sua trajetória. Durante os anos 1970 e 1980 a construção da identidade das ONGs brasileiras passou por uma afirmação distintiva com relação ao campo dominante da academia. Neste período, os técnicos e agentes das ONGs desenvolveram uma imagem de intelectual de outro tipo, comprometido com as lutas sociais e fundamentados na concepção gramsciniana de intelectual orgânico.

Na segunda metade dos anos 1980 em diante as ONGs passam por um processo de qualificação, seus profissionais vêm da academia ou retornam a ela para cursos de mestrado e

¹² Há de se lembrar a expressão “organizações neo-governamentais”, empregada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de despedida do Senado Federal , em 14 de dezembro de 1994 e na Convenção sobre mudança no clima, na Reunião Rio + 5, em 18 de março de 1997, no sentido de “formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado”.

doutorado, observando-se uma aproximação também temática, já que vários estudos começam a pautar a prática das ONGs, havendo uma multiplicação de trabalhos acadêmicos sobre o tema, muitas vezes realizadas a partir da inserção em ambos os espaços desses mesmos intelectuais.

Do ponto de vista das universidades, há que se lembrar que nos anos de ditadura, essas estavam limitadas, impedidas de se manifestarem, sob intervenção, ou esvaziadas dos seus quadros políticos intelectuais. Nos anos de resistência e luta contra o regime a universidade foi reassumindo seu papel de ator crítico e atuante na sociedade brasileira, o que estabeleceu espaços de interação cada vez mais amplos com os movimentos sociais e ONGs. É a partir dos anos 1990 que se observa projetos conjuntos entre ONGs e centros acadêmicos.

Conforme veremos a seguir a experiência do Observatório dos Direitos do Cidadão tem contribuído para aprofundar a relação entre ONGs, movimentos sociais e universidade e construído novas bases políticas e de produção de conhecimento.

II. Observatório dos Direitos do Cidadão: a produção de conhecimento articulada com as demandas sociais

O Observatório tem como propósito o monitoramento e análise das políticas públicas municipais de saúde, habitação, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente, além do orçamento público.

Conforme explicitado na Introdução, o projeto é coordenado pelo Instituto Pólis e pelo Instituto de Estudos Especiais – IEE da PUC/SP, mas tem um desenho de gestão inovador que é a parceria com os principais movimentos sociais e fóruns de articulação da cidade.

O projeto parte do pressuposto de que a democratização da gestão pública não ocorre apenas por iniciativa de governos, mas esta condicionada a participação ativa, reivindicatória e propositiva da sociedade civil organizada. No entanto, é preciso qualificar e fortalecer os atores sociais para a disputa em arenas públicas e para o controle social das políticas públicas.

Nesse sentido, o desenho de gestão é peculiar, constituiu-se um **Colegiado de Gestão** do Observatório, formado pela equipe do projeto (Polis e IEE/PUCSP) e por representantes dos principais de movimentos sociais atuantes na cidade, no campo das políticas públicas monitoradas, que compartilham a gestão do projeto: União dos Movimentos de Moradia - UMM, União dos Movimentos Populares de Saúde - UMPS, Central de Movimentos Populares (CMP-estadual), Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fórum Municipal de Assistência Social.

O Colegiado de Gestão foi constituído em janeiro de 2002, e seu principal objetivo é articular o desenvolvimento do projeto com as demandas das lutas sociais e tem significado um espaço de discussão sobre os desafios dos atores coletivos que intervém nas políticas da cidade e de deliberação sobre os temas de estudo.

O funcionamento do Observatório se dá a partir da realização de reuniões mensais do Colegiado nas quais se estabelece um diálogo entre os movimentos e debates sobre as agendas de luta. Nessas reuniões são definidas as pautas de estudos e publicações. Esses momentos têm sido avaliados pelos participantes como uma oportunidade de troca de experiências, de reflexão e de articulação entre os movimentos.

Gestão compartilhada



O Observatório conta com uma pequena equipe de técnicos e estagiários que se responsabilizam pelos trabalhos a serem desenvolvidos, internamente a ONG e a universidade, buscam pesquisadores para os estudos, levantam dados, organizam documentos, preparam as oficinas, revisam os estudos e coordenam as publicações, bem como se articulam com a Escola da Cidadania do Polis para a elaboração e promoção de cursos e seminários de formação e capacitação.

A produção de conhecimento no Observatório é pensada enquanto produção coletiva e estreitamento dos vínculos entre os parceiros, e, portanto, implica em um processo metodológico participativo, no qual incluem-se os seguintes momentos:

- Discussão e definição dos temas no Colegiado,
- Realização de estudos, pesquisas e levantamentos de dados,
- Elaboração de textos e artigos, por autores convidados, indicados pelos núcleos de pesquisa da universidade e pelo Instituto Polis,
- Realização de oficinas temáticas para discussão da versão preliminar dos textos, contemplando as contribuições dos diferentes atores,

➤ Leitura e revisão da equipe conjuntamente com os autores.

O processo de produção de conhecimento do Observatório tem peculiaridades em relação à pesquisa estritamente acadêmica. As pautas de estudo referem-se a atualidade política, o que impõe um desafio de aprimorar a capacidade analítica aliada a agenda política da cidade e também exige uma agilidade na elaboração, para fornecer instrumentos para negociações nas diferentes instâncias de participação.

Aspecto importante de ser ressaltado é de que a participação dos movimentos e fóruns se dá na definição da pauta de estudos, mas também no processo de elaboração, à medida que a metodologia prevê a realização de oficinas de discussão dos textos preliminares com os autores. As lideranças participantes do Colegiado têm o compromisso de ler os textos e levantar questões e sugestões, assim como todos os demais participantes das oficinas (técnicos e pesquisadores). Nesses dois anos de desenvolvimento do projeto essa estratégia tem se revelado potencializadora tanto dos estudos realizados, pois introduz novos pontos de vista, como também tem introduzido as lideranças na prática de leitura, crítica e de apropriação dos conteúdos produzidos.

Os principais produtos do Observatório são suas publicações, frutos da articulação com a sociedade civil organizada e com os núcleos de pesquisa da universidade. Constituem subsídios importantes para o fortalecimento dos movimentos sociais e de capacitação dos sujeitos sociais.

Os estudos e publicações colocam à disposição da sociedade, informações e análises que visam colaborar para uma atuação mais efetiva e propositiva de suas representações coletivas, na construção de políticas públicas e da democracia participativa. Os estudos constituem-se em rico material de formação para lideranças dos movimentos sociais que atuam nos espaços públicos.

Até o momento, o Observatório já produziu quatro séries de estudos, pautados conjuntamente com os parceiros e publicados em cadernos pelo Instituto Polis.

Publicações

1ª série: Balanco da evolução das políticas sociais	Análises das diversas políticas monitoradas, nas gestões de Luiza Erundina, Paulo Maluf e Celso Pitta - período entre 1989 e 2000 Composta por 6 cadernos
2ª série: Conselhos municipais	Análises da criação dos conselhos, seu funcionamento, sua composição e os desafios que se colocam para o controle social Composta por 5 cadernos
Caderno especial: Articulação entre os Conselhos Municipais	Na busca por superar uma análise estritamente setorial, realizou-se uma oficina sobre a interface entre os conselhos, que originou o caderno especial Composta por 1 caderno
3ª série: Fundos municipais	Análise dos fundos municipais na perspectiva da articulação entre o planejamento, financiamento e a gestão da política Composta por 5 cadernos
4ª série: Balancos de dois anos de gestão municipal	Análise dos dois primeiros anos da atual gestão municipal, em cada área específica e também um balanço do processo de implantação do Orçamento Participativo no município Composta por 6 cadernos

Esta em curso a realização de duas pesquisas. A primeira em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais – NEMOS, intitulada “O protagonismo das lideranças, membros das coordenações de movimentos sociais, participantes do Colegiado de Gestão”, que busca traçar um perfil das lideranças e dos movimentos participantes do Observatório. Esta prevista sua publicação para o segundo semestre de 2004.

A segunda pesquisa, intitulada “Avaliação dos mecanismos de participação no contexto das subprefeituras”, busca avaliar o processo de participação cidadã na implementação das políticas públicas no âmbito de três subprefeituras, seus limites e possibilidades.

O público do projeto envolve os atores com os quais trabalhamos diretamente e também os leitores das publicações, participantes dos seminários, parceiros em iniciativas de articulações

sociais, formadores de opinião, pesquisadores, visitantes do websites, etc. Destacam-se, lideranças de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, lideranças do movimento de saúde, lideranças de movimentos de moradia, lideranças comunitárias eleitas para participarem de conselhos gestores de políticas públicas, delegados eleitos pela comunidade para participarem do orçamento participativo, representantes em instâncias participativas de gestão; entidades envolvidas no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas no município de São Paulo; fóruns, ongs e organizações que se mobilizam por políticas públicas de inclusão social.

No entanto, é clara a necessidade de um investimento na formação de lideranças e de membros das organizações. Desta forma, o Observatório tem assumido a dimensão educativa, atendendo às demandas dos movimentos sociais e assim organizando cursos e seminários de capacitação.

Para cada série de publicações são promovidos cursos, seminários de socialização dos conteúdos e capacitação de lideranças e conselheiros, em parceria com a Escola da Cidadania, do Instituto Polis. Em 2002, realizamos o 1º curso - “Participar da gestão da Cidade”, em parceria com a Escola de Cidadania, do Instituto Polis. Em 2003, realizamos uma série de seminários sobre os fundos municipais. Para 2004 estão previstos seminários e um curso básico sobre políticas sociais, financiamento e o controle social.

IV. Considerações finais e desafios

Considera-se que a criação de um Observatório dos Direitos do Cidadão pode colaborar para uma visão mais de conjunto da dinâmica das políticas públicas e para uma maior articulação entre os distintos movimentos e fóruns da sociedade civil que se organizam como uma reação da cidadania ao contexto de exclusão da cidade.

A intervenção no ambiente urbano para a democratização da sociedade, com foco no fortalecimento dos atores da sociedade e na construção e disseminação de políticas públicas que levem a cidades mais justas, democráticas e sustentáveis insere o projeto em articulações sociais complexas e dinâmicas.

Em uma perspectiva mais geral, o resultado esperado deste projeto é uma qualificação permanente da ação da sociedade civil para sua intervenção no campo das políticas públicas e para a defesa de políticas de inclusão social. Em termos mais específicos, o resultado esperado deste projeto é uma contribuição para o fortalecimento da capacidade de monitoramento do governo municipal de São Paulo por parte de movimentos sociais e representações da sociedade civil.

Entendemos que o momento exige trabalhos de fortalecimento das entidades e movimentos da sociedade civil que representam estes setores sociais excluídos e que as novas estratégias são de disputas nos espaços públicos para controlar, dialogar, fiscalizar e reivindicar dos governos políticas efetivas de inclusão social.

Os desafios permanentes que se colocam são: articular demandas sociais e pesquisas acadêmicas; construir indicadores e metodologia de monitoramento e avaliação das políticas sociais; captar recursos que viabilizem pesquisas, monitoramento e análises das políticas.

Rosangela Dias Oliveira da Paz
agosto/2004

Bibliografia:

- ABREU, Haroldo. ONGs - Papel e compromissos: comentários. Painel do “Seminário Identidade, Pluralidade e Unidade na Ação”. Rio de Janeiro: ABONG, 2001. www.abong.org.br.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e direita no espelho das ONGs*. Rio de Janeiro : Insight, Inteligência, ago./out. 1999.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BAVA, Silvio Caccia. “As ONGs e a Nova Conjuntura Democrática”. ABONG. São Paulo. 1996.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA Ana Claudia C. (Org.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: Pólis, 2000. 144 p (Publicações Pólis, 37).
- COTRIM, L.L e LANDIM, Leilah. *ONGS: Um Perfil. Cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGS (ABONG)*. ABONG - ISER. São Paulo, 1996.
- DAGNINO, Evelina . Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; vol. 84)
- _____. “Cidade, ONGs e Ações Coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis”. *São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE, vol.9, Nº2, 1995.
- LANDIM, Leilah (org.) *Sem fins lucrativo: as Organizações Não Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1988.
- _____. A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós graduação em Antropologia Social - PPGAS, Universidade federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. Múltiplas identidades das ONGs. In *ONGs e Universidades na América Latina*. São Paulo. São Paulo. ABONG, Editora Peirópolis, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. Exposição no painel do “Seminário Identidade, Pluralidade e Unidade na Ação”. Rio de Janeiro: ABONG, 2001. www.abong.org.br.
- PAZ, Rosângela D. O. Identidade das ONGs. ABONG, junho de 2004, mimeo.
- RICCI, RUDÁ. Contradições na Implementação das Ações de Participação. Revista espaço acadêmico, nº 36, maio, 2004, www.espacoacademico.com.br

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Organizações Não-Governamentais na América Latina, seu papel na construção civil*. São Paulo em Perspectiva, revista da Fundação Seade, vol. 8, No3, 1994.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *Identidades em construção: as Organizações Não-Governamentais no processo de democratização*. São Paulo. Annablume, Fapesp, Instituto Polis. 2003.
- YASBEK, Carmelita. *As Ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS: conceber a política para realizar o direito*. Texto para a IV Conferência Nacional de Assistência Social, dezembro de 2003.